

5 Considerações finais

Inicialmente, a presente pesquisa foi pensada com a finalidade de compreender o que faz com que uma **comunidade tradicional** resista aos processos hegemônicos de expansão urbana e desenvolvimento, principalmente em grandes cidades como o Rio de Janeiro. Este questionamento parte da necessidade de lidarmos com realidades que representam o que muitos autores – como Souza (2006), Santos (1997, 2003), Rúa (2007) e àqueles ligados aos estudos culturais do desenvolvimento, como os pós-colonialistas – têm escrito há um tempo, ou seja, que a toda homogeneização do espaço corresponde uma heterogeneização.

Neste sentido, a comunidade de pescadores artesanais de Copacabana representaria uma organização de resistência aos processos hegemônicos, construindo uma contra-hegemonia baseada em um discurso identitário. Assim, a comunidade teria se reproduzido e se mantido na praia de Copacabana até os dias de hoje devido a este discurso que preza pela necessidade de resistência com base identitária.

Entretanto, com o andamento das pesquisas de campo e bibliográfica vimos que a realidade não pode ser tomada como algo simples e bem delineado, ainda mais em se tratando de comunidades pesqueiras que se territorializam em meio a processos intensos de urbanização e metropolização. O que vimos é que este discurso identitário se perdeu no tempo, ainda que resista pontualmente nas falas de alguns pescadores entrevistados. O pescador de Copacabana, que antes morava na beira da praia, passou a habitar outros bairros distantes do Rio de Janeiro ou as favelas da Zona Sul. Houve, com isso, uma dispersão dos pescadores por toda a cidade e, conseqüentemente, uma descaracterização da identidade que eles tinham com seu espaço e suas atividades comuns.

Em outras palavras, houve uma complexificação da realidade socioterritorial do grupo não costumeiramente considerada pelos que falam sobre ele e, mais importante: **por ele**. Ora o enfoque se dá na constituição de uma **comunidade tradicional** sendo a tradição algo imutável e que, se modificada por algum motivo, configura uma situação de “traição” e, portanto, gera um descaso para com o grupo; ora se dá na desconsideração das identidades próprias do pescador

de Copacabana relacionadas sim à tradição, mas uma tradição aberta, permanentemente re-construída. Segundo este ponto de vista, a comunidade é também deixada à margem, pois teria se modernizado a tal ponto que hoje não passaria de um **estacionamento de barcos** des-necessitado de qualquer tipo de auxílio.

O que encontramos em nossa pesquisa é que o pescador de Copacabana, hoje, ao mesmo tempo em que possui a identidade “ser pescador”, relacionada ao fazer, ao conhecimento do ambiente, à relação de solidariedade para com os colegas nas atividades da pescaria; possui um outro lado que o caracteriza enquanto mais um cidadão urbano que se soma à imensa massa de desprivilegiados da cidade, vivenciando todos os problemas que advêm desta condição. Isto tudo configura uma multiterritorialidade e múltiplas identidades.

É somente compreendendo a multiterritorialidade experimentada pelos pescadores de Copacabana que poderemos compreender a real situação do grupo e suas reais necessidades. Esta multiterritorialidade se dá a partir das múltiplas relações de poder que configuram múltiplos territórios, estes que vão desde o ambiente marinho até a identificação com o ambiente global, através principalmente da Internet (a que todos eles tem acesso esporadicamente) e da grande mídia. Assim, esta experiência resulta na constituição de múltiplas identidades. Em outras palavras, resulta em uma configuração complexa que não pode ser catalogada segundo concepções pré-estabelecidas. Sendo um sintoma da pós-modernidade, é única, devendo ser encarada como tal.

Se esta multiterritorialidade vivenciada pelo grupo não for compreendida, a comunidade perde suas referências, torna-se “sem chão”, sem saber para onde se direcionar para que suas reivindicações sejam ao menos escutadas. Nas atuais circunstâncias, com os olhares pendendo ou para a “essencialização” ou para a “homogeneização” da comunidade, o grupo não será compreendido em sua complexidade. O grupo sofre com uma escassez de recursos pesqueiros quase próximos à exaustão, e isto é um problema concreto, pois são famílias que dependem de tais recursos para sobreviver. Então, quando a demanda é pela construção de alternativas que permitam esta sobrevivência, não podemos nos prender a um discurso “essencialista” relativamente utópico que procura manter as **comunidades tradicionais** como grupos sociais fechados e imutáveis. Devemos

pensar sempre na (re)significação da **comunidade** e da **tradição** nos tempos atuais.

Estamos propondo também com esta pesquisa que a categoria **comunidade tradicional** seja revista no sentido de abarcar toda essa complexidade. Já notamos um caminho que vem se desenhando para este fim, mas, até o momento, a discussão que envolve as **comunidades tradicionais** está bastante relacionada às unidades de conservação da natureza, já que, inclusive, o conceito nasce deste campo de estudo. Nossa proposta é estimular estudos com comunidades que são também **comunidades tradicionais** (no nosso ponto de vista, de uma tradição (re)significada) e que situam-se nos grandes centros, fora de unidades de conservação, como é muito comum, por exemplo, no nordeste brasileiro.

No que se refere a medidas práticas, no caso de Copacabana, propomos pequenas ações que considerem a vivência multiterritorial e que poderiam modificar a realidade social da comunidade sem alterar a relação conservadora do grupo para com o ambiente, como: a eleição de pescadores e por pescadores para a diretoria da Colônia, da Federação e da Confederação, e a contratação de pescadores para atuar nos Ministérios da Pesca e do Meio Ambiente; a melhoria do escoamento da produção através da instalação de um frigorífico, da certificação e de ações de *marketing*; a revisão da relação entre o grupo e a Peixaria Z-13; a construção de quiosques para a venda de peixe pronto para o consumo para os clientes e visitantes; a construção de alternativas relacionadas ao turismo para os momentos em que a pesca estiver “em baixa”, como os períodos de defeso; a alocação de recursos financeiros para a reforma das embarcações; o olhar para os problemas urbanos enfrentados pelos pescadores; a fiscalização da pesca industrial; entre outras. Esta re-significação da comunidade traria benefícios não somente para o grupo, mas também para o bairro e a cidade como um todo, na medida em que a presença de pescadores na praia de Copacabana a individualiza perante as demais praias da cidade, podendo ser tomada como um fator de valorização da sua paisagem.

Para finalizar, ressaltamos a importância de que estas pequenas ações possam estar relacionadas não somente à compreensão da multiterritorialidade do grupo, mas também à construção de um projeto de um outro desenvolvimento e, dessa vez sim, pensaríamos em um desenvolvimento contra-hegemônico, ainda

que integrado ao movimento da sociedade como um todo, devido à impossibilidade de lutar por um isolamento.

Para encerrar, regressamos ao tema que ocupou a nossa preocupação no segundo capítulo deste trabalho, derivado de uma fala extraída de uma das entrevistas realizadas com os pescadores:

“Tudo o que eu desejo *pra cá* é mais **desenvolvimento...**”.

Para nós, permanece a questão:

Qual desenvolvimento?